



**Universidade Federal de Lavras – UFLA**  
**Departamento de Estudos da Linguagem - DEL**

**TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**O TRATAMENTO DADO À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE NACIONAL  
COMUM CURRICULAR**



**ROBELIA MARIA DA SILVA**

**LAVRAS - MG**

**2021**



**Universidade Federal de Lavras – UFLA**  
**Departamento de Estudos da Linguagem - DEL**

**TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**O TRATAMENTO DADO À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE NACIONAL  
COMUM CURRICULAR**

Artigo apresentado ao curso de Letras/Português da Universidade Federal de Lavras, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Letras.

Orientador (a): MÁRCIA FONSECA AMORIM

LAVRAS - MG  
2021

## **DEDICATÓRIA**

Sem o esforço próprio, o apoio dos meus filhos, do meu esposo, da minha família, dos docentes do curso de Licenciatura Letras Português, nada seria verdadeiro. Meus sentimentos de agradecimentos se direcionam a vocês, que ainda trilham este caminho comigo.

## **AGRADECIMENTO**

Sou grata aos meus professores e tutores, em especial a Professora Márcia Fonseca Amorim, que possibilitou a efetivação da construção de conhecimentos nesta admirável fase para minha formação no curso de Licenciatura em Letras Português.

## EPÍGRAFE

### Língua

Esta língua é como um elástico  
que espicharam pelo mundo.

No início era tensa,  
de tão clássica.

Com o tempo, se foi amaciando,  
foi-se tornando romântica,  
incorporando os termos nativos  
e amolecendo nas folhas de bananeira  
as expressões mais sisudas.

Um elástico que já não se pode  
mais trocar, de tão gasto;  
nem se arrebenta mais, de tão forte.

Um elástico assim como é a vida  
que nunca volta ao ponto de partida.

*Poesia de Gilberto Mendonça Telles*

## RESUMO

É na instituição escolar que o desenvolvimento de atividades que propiciem ao educando o máximo contato possível com a pluralidade discursiva, assim como as situações de usos reais da língua, deve ocorrer, e, desta forma, permitir o desenvolvimento da competência comunicativa. A pluralidade de usos da uma língua tem como consequência a variação linguística. Visando reforçar essas afirmações, o intuito deste artigo, em linhas gerais, é refletir sobre o lugar dado ao trabalho com a variação linguística pela Base Nacional Comum Curricular e, neste sentido, são apresentados: a concepção de língua na BNCC; as orientações em relação à variação linguística para os anos finais do Ensino Fundamental; além da reflexão sobre mitos, atitudes e práticas dentro do ambiente escolar que perpetuam o preconceito linguístico. O alicerce deste trabalho é uma metodologia de cunho teórico e interpretativo, que conta com contribuições de estudiosos como: Antunes (2020); Bagno (2020); Travaglia (2002), entre outros. A partir da análise realizada, constatou-se que há um lugar para o trabalho pedagógico com a variação linguística na BNCC, o qual é demarcado dentro da categoria “Competências Específicas”, e que norteiam e fundamentam a educação básica. Como não há uma especificação de como esta prática deva ocorrer, uma vez que a BNCC não se estabelece como um currículo, mas sim como um documento norteador, serão abordados no presente estudo o papel das orientações e a postura do profissional docente como elementos determinantes para o processo de construção do conhecimento no que se refere a este fenômeno linguístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** BNCC, Variação Linguística, Preconceito Linguístico, Língua.

## ABSTRACT

At the school institution that the development of activities that provide to the student maximum contact with the discursive plurality, as well as the situations of real uses of the language ought to occur, and, as a result, allow the development of communicative competence. The plurality of language uses has as consequence linguistic variation, linguistic variation become visible. In order to consolidate these statements, the purpose of this article, in general lines, is reflect on the place given to work with linguistic variation by the National Common Curricular Base and, in this sense, are presented: the concept of language in the BNCC; the guidelines regarding linguistic variation for the final years of elementary school; besides one reflecting about myths, attitudes and practices inside the school environment that may perpetuate linguistic prejudice. The base of this work is a theoretical and interpretative methodology, which has contributions from scholars such as: Antunes (2020); Bagno (2020); Travaglia (2002) among others. From the analysis carried out, it was noticed that there is a place for pedagogical work with linguistic variation at BNCC, which is demarcated by the category “Specific Competences”, and that guide and underlie basic education. As there no specification of how this practice should occur, since the BNCC is not established as a curriculum, but as a guideline document, the role of guidelines and the position as teacher professional as determining elements for the process of knowledge construction regarding this linguistic phenomenon.

**KEYWORDS:** BNCC, Linguistic Variation, Linguistic Prejudice, Language.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe analisar, em termos gerais, o lugar pensado para a variação linguística, na interface do ensino-aprendizagem, no referente curricular idealizado como base norteadora para a Educação Básica Nacional, a Base Nacional Comum Curricular que regulariza o ensino de norte a sul no Brasil (doravante BNCC).

Os diferentes falares no Brasil, muitas vezes, são considerados errados e, geralmente, por trás desta concepção estão mitos que perpetuam o preconceito linguístico, impondo rótulos sociais, como por exemplo, “feio” e “errado”. Possenti (2011) indica que a história da humanidade já demonstrou que se pode ser claro em qualquer língua e, portanto, em qualquer variedade linguística no interior de uma língua. Verifica-se que, em qualquer uma das variedades, a produção literária pode ser realizada, haja vista exemplos de literaturas que, muito antes da instituição da gramática normativa que visa prescrever regras de bem falar e escrever, foram escritas e ainda hoje são consideradas consagradas, como, por exemplo, a *Ilíada* e a *Odisséia* (escritas aproximadamente no século II A.C.).

Neste sentido, Bechara (1989) afirma que cada falante de uma língua é poliglota na sua própria língua “à medida que dispõe da sua modalidade linguística e está à altura de decodificar mais algumas outras modalidades linguísticas com as quais entra em contato [...]”. (BECHARA, 1989, p.13,14). Portanto, ao se discriminar alguém por seu modo de usar a língua, pratica-se um ato de violência contra esse indivíduo.

Parafraseando José Luiz Fiorin (2013), ridicularizar um indivíduo por sua maneira de falar não só é um ataque a sua fala, como também a sua identidade já que a língua é um elemento constitutivo da identidade do sujeito. Daí a importância de um olhar menos segmentado e mais crítico sobre este ideal de língua falada com o intuito de desconstruir a imagem de que diferentes tipos de falares imprimem menos prestígio aos falantes e ao seu repertório sociocultural (conhecimentos acumulados por meio de experiências individuais e coletivas ao longo da vida). A língua é dinâmica, heterogênea, variável e propicia muitos pontos de investigações, assim como demanda cuidados para realizar a sua análise.

Com relação ao repertório sociocultural, identifica-se que são marcas de caráter do orador e que estão relacionados a aspectos subjetivos, ou seja, o posicionamento que é transmitido pelo autor revelará características intrínsecas a sua fala. Esta instância subjetiva estabelece um elo entre a linguagem e a realidade cultural, social e ideológica do falante. A perspectiva de entendimento de língua assumida por Benveniste é essencialmente social, o autor propõe que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”

(BENVENISTE, 2005, p.286). O autor permite depreender que, por meio da subjetividade na linguagem, o falante se expressa, permitindo assim identificar a instância da subjetividade na produção oral, na escrita, na gestual, na expressão facial entre outras.

Infere-se que a língua é um dos bens mais preciosos para os seres humanos. Em relação ao português brasileiro, este é o patrimônio cultural imaterial do Brasil, confere nossa identidade, permite trocas e interações complexas. Portanto, não se pode considerar que imposições de regras gramaticais distantes do uso real limitem o entendimento sobre os diferentes modos de uso.

Marcos Bagno (2020) pontua que a língua não deve ser tomada como uma forma estanque, que não contempla processos evolutivos decorrentes das transformações externas. É muito provável que alguém que fale seguindo regras normativas petrificadas, ao se comunicar, crie no seu interlocutor um estranhamento, pois estas regras são permeadas por elementos que imprimem na língua artificialidade e dureza. Assim como qualquer manifestação fora do binômio escola-gramática, também pode ser considerada como um desvio daquilo que se julga correto.

Mas de que forma as diretrizes estabelecidas pela BNCC contribuem para o entendimento da importância de se abordar no trabalho pedagógico orientações que acabem ou minimizem práticas educacionais que, muitas vezes, estão permeadas por um conjunto de juízos de valores e conceitos que causam uma visão confusa no ensino da língua? A partir do exposto, as seguintes proposições também surgiram: A cultura da norma culta e do português correto pode afetar a individualidade dos falantes? Há respaldo para um trabalho pedagógico que contemple o respeito à variedade linguística?

Nessa direção, a ênfase para o estudo do lugar da variação linguística na BNCC justifica-se, pois, pela identificação de que ainda persistem manifestações preconceituosas em relação às variedades linguísticas, principalmente no ambiente escolar, onde os educandos entram em contato com materialidade do ensino e aprendizagem da língua. Em busca de combater manifestações de desrespeito e discriminação em relação aos diferentes usos da língua em sala de aula, este artigo se alicerça em importantes conceitos relacionados ao ramo da sociolinguística, do preconceito linguístico propriamente dito, além de compreender como a BNCC conduz os educadores em relação à abordagem do componente curricular variação linguística para os anos finais do Ensino Fundamental.

Metodologicamente, o presente trabalho caracteriza-se por pesquisas bibliográficas, de cunho qualitativo, interpretativo e conta, principalmente, com a fundamentação teórica

apresentada pelos autores Luiz Carlos Travaglia (2002), Marcos Bagno (2020) e Irandé Antunes (2020).

Arquiteticamente, este artigo está estruturado pela presente introdução, que apresenta a constituição do presente estudo, seguida pela fundamentação teórica, na qual consta um breve recorte sobre os estudos sociolinguísticos, bem como uma seção dedicada às concepções de linguagem, língua e variação linguística, uma seção destinada às reflexões sobre alguns os mitos pontuais, outra seção que destaca a forma como a BNCC orienta o trabalho pedagógico em relação à variação linguística. E, por fim, as considerações finais.

## 2. LINGUAGEM, LÍNGUA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Neste estudo, assume-se o postulado de que a Linguística é uma Ciência, conforme afirma Fiorin (2013, p. 37):

(...) é uma ciência porque ela, ao contrário da gramática, não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim). Assim como um químico não o diz que uma reação é certa ou errada, um biólogo não declara que determinada espécie não deveria existir ou que ela é feia.

Verifica-se que da mesma forma que um profissional da área da Tecnologia da Informação deve estar preparado para as constantes evoluções de sua área de atuação, no sentido de estar consciente de que muitas concepções podem ser extintas ou mesmo reinterpretadas, a Linguística se constitui uma ciência por tratar seu objeto de estudo, a Linguagem, como instrumento de pesquisa.

Enquanto conceito pode-se afirmar que a linguagem é a capacidade de se comunicar por meio de um sistema de signos vocais, assim como é considerada uma faculdade cognitiva dos seres humanos que possibilita representar e expressar simbolicamente sua experiência de vida e conhecimentos adquiridos.

Com base nas reflexões propostas por Benveniste, a língua é concebida neste estudo como fruto das relações intersubjetivas, pois “somente a língua torna possível a sociedade. A Língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade” (BENVENISTE, 1991, p.63). Para o autor, a língua está alocada no seio da sociedade e da cultura porque, para ele, o social é da natureza do homem e da língua, reforçando o entendimento de que a língua é essencialmente social.

A partir do exposto, nota-se que a linguagem é permeada por elementos advindos das experiências pessoais e coletivas dos indivíduos, permitindo identificar que o sistema de signos empregados pelos seres humanos na produção de sentido é para expressar sua faculdade de representação da experiência e dos conhecimentos.

Considerando a função comunicativa, aspectos como a vida cotidiana do falante, acesso à cultura, a forma como o falante adquire seu conhecimento de mundo permitem entender o linguajar utilizado por este falante, já que a forma como ele utiliza a linguagem em sua materialidade, a língua, nas diferentes práticas sociais das quais participa pode revelar dados significativos dele, como por exemplo, a classe social, se este falante é proveniente da área urbana ou rural, assim como revela a escolaridade entre outros aspectos inerentes ao processo

de socialização ao qual foi exposto. É justamente por estas riquezas de possibilidades de representação que se podem identificar as variedades dos usos da língua.

A língua, segundo Antunes (2020, p. 22), se constitui por um conjunto de recursos fonomorfo-sintáticos e lexicais que acionamos durante uma interação sociocomunicativa, além de representar “a troca dos bens simbólicos, que constituem o patrimônio cultural dos grupos humanos, passa irremediavelmente pela mão dupla da interação verbal”.

Portanto, deve-se ater ao fato de que o significado de língua não deve estar associado à concepção de norma padrão, que não constitui uma variedade do português brasileiro falado. A norma padrão despreza os fenômenos da língua oral, já que representa um conjunto de normas, regras, dogmas, regulamentos estaques para a linguagem escrita. Segundo Antunes (2020, p.23), a língua representa uma identidade, pois é pela língua que afirmamos: “temos território; não somos sem pátria. Pela língua, enfim, recobramos uma identidade”.

Destarte, a língua como fenômeno social de interação verbal é heterogênea, mutável, permeável e está em constante evolução, que de clássica (português imposto pela ex-Colônia) foi se moldando e incorporando elementos de brasilidade, como uma metamorfose engenhosa e dinâmica, que se modifica em razão do tempo e que jamais volta ao seu ponto de partida. Complementarmente, Bagno (2007, p. 66) faz uma analogia da heterogeneidade da língua em relação a um rio, na qual suas águas se movimentam, se renovam, se transformam e modificam seu próprio leito.

A respeito da variação linguística, cabe aqui destacar seu significado conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN:

(...) é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá independente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que os constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. (BRASIL, 1998, p. 29)

De acordo com o postulado acima, identifica-se que a língua requer uma compreensão de uma estrutura ordenada e ao mesmo tempo híbrida que constitui os diferentes falares utilizados por comunidades de falantes, na qual os recursos linguísticos são recriados independentes de ações normativas. Neste sentido, Antunes (2020) assevera que, nesta concepção, a língua só pode ser vista como um conjunto sistemático e heterogêneo que permite compreender seu caráter variável. Segundo a autora:

(...) qualquer língua, de qualquer época, desde que em uso, ocorrem mudanças, em todos os estratos, em todos os níveis, o que significa dizer que, naturalmente, qualquer língua manifesta-se num conjunto de diferentes falares, que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua. (ANTUNES, 2020, p. 22)

As mudanças que ocorrem nos diferentes estratos constituem o estado natural da língua, e neste sentido Bagno (2007) permite identificar que é intrínseca a todas as línguas a variação e a mudança linguísticas, já que a heterogeneidade linguística está relacionada à heterogeneidade social – são duas instâncias que estão indissolúvelmente entrelaçadas, na qual uma constitui a outra.

Segundo o autor, a variação ocorre na estrutura da língua por meio de distintos fatores extralinguísticos (origem geográfica status socioeconômico, escolarização, faixa etária, gênero, profissão, entre outros), assim como pelo modo de falar das diferentes comunidades e dos grupos sociais (monitoramento estilístico em relação ao comportamento verbal), promovendo diferentes arranjos que permitem compreender que a variação linguística imprime na língua um estado permanente de transformação, de fluidez e de instabilidade.

Com relação à abordagem pela variação sociolinguística, encontram-se instâncias que viabilizam a compreensão de fenômenos relacionados aos diferentes lugares e seus modos de falar (diatópica), classes sociais (diastrática), em relação à comparação entre língua escrita e falada (diamésica), em relação ao grau de monitoramento estilístico (diafásica) e em comparação entre as distintas etapas da história da língua (diacrônica).

A variação diatópica corresponde às diferenças que uma língua apresenta na dimensão do espaço geográfico, ainda que dentro de um mesmo país, como por exemplo, o uso da palavra encarangar para indicar que se está com muito frio ou nomear a raiz comestível de casca marrom e conteúdo branco de aipim, mandioca ou macaxera, a depender da localidade. Em relação à variação diastrática, observa-se que está relacionada aos estratos sociais, principalmente por implicar o aspecto socioeconômico.

As diferenças que se observam entre a língua falada e a língua escrita correspondem à variação diamésica e geralmente podem ser observadas nos diferentes meios de comunicação como, por exemplo, os e-mails, as mensagens de WhatsApp, o documento oficial, a carta, a fala. Destaca-se que a compreensão do gênero textual é importante para compreender que esses meios de comunicação requerem artifícios próprios por se tratar de diferentes sistemas (a escrita e a fala).

A história interna de uma língua representa sua diacronia e, segundo Azeredo (2008, p. 62), ocorre por meio de uma sucessão de estados da língua, uma passagem ininterrupta de uma

sincronia a outra. Indicando que estas variações ocorrem continuamente, ou seja, a língua vai experimentando etapas que proporcionam novos contornos à sua natureza, o que também pode modificar sua estrutura interna, ou seja, sua gramática. Estas mudanças são contínuas e evidenciadas quando comparamos determinadas formas da língua em distintos recortes de tempo, ainda que este espaço temporal seja recente, como por exemplo, atualmente a preferência pelo uso de “a gente” no lugar de “nós”.

Diante do exposto, evidencia-se que o fenômeno da variação linguística não é aleatório ou infundado, constitui um processo complexo que contempla a natureza viva e dinâmica da língua e ocorre na estrutura da língua. A variação linguística é uma das questões relevantes que merece destaque no campo da linguagem, estando sempre presente nas relações sociais em qualquer época, portanto o tratamento da variação linguística exige reflexões por parte dos docentes e a devida atenção à influência da diversidade linguística no processo educacional.

Após ponderar sobre linguagem, língua e variação linguística, será apresentada na sequência uma reflexão sobre alguns mitos que provocam transtornos dos usos que os falantes fazem do português brasileiro. Tais mitos corrompem a natureza da língua e da própria linguagem, desconsideram a variação linguística como um fenômeno intrínseco a toda e qualquer língua e promovem ações preconceituosas contra os diferentes modos de falar de determinados grupos sociais.

### 3. REFLEXÕES SOBRE OS MITOS

Há aproximadamente trinta anos, o professor filólogo e linguísta Marcos Bagno jogou luz sobre importantes conceitos relacionados ao preconceito linguístico, revelando mitos que impregnavam a metodologia pedagógica daquela época.

A mitologia apresentada pelo autor inicialmente contemplava oito problematizações que estavam relacionadas às seguintes questões: a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente; brasileiro não sabe português / só em Portugal se fala bem português; português é muito difícil; as pessoas sem instrução falam tudo errado; o lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão; o certo é falar assim porque se escreve assim; é preciso saber gramática para falar e escrever bem; o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social (BAGNO, 2007, p. 14). No entanto, verifica-se que na atualidade alguns mitos pontuais ainda se perpetuam e faz-se necessário refletir sobre algumas questões que perpassam o ensino da língua, com o intuito de desconstruir qualquer ato de discriminação em relação aos diferentes falares, como por exemplo, a não unicidade da língua falada no Brasil, de que forma a instrução educacional pode interferir nas práticas de usos da língua, sobre a importância dada ao ensino de gramática prescritiva, assim como sobre a importância de não se rotular os diferentes usos da língua.

Por ser a língua uma atividade real dos falantes em suas práticas sociocomunicativas, o preconceito linguístico se manifesta quando há uma comparação errônea entre uma língua viva impregnada por usos reais em relação ao um modo idealizado de língua. Bagno (2020), em sua obra “Preconceito Linguístico”, assevera que:

(...) resulta da comparação indevida entre o modelo idealizado de língua que se apresenta nas gramáticas normativas e nos dicionários e os modos de falar reais das pessoas que vivem na sociedade, modos de falar que são muitos e bem diferentes entre si. Essa língua idealizada se inspira na literatura consagrada, nas opções subjetivas dos próprios gramáticos e dicionaristas, nas regras da gramática latina (que serviu durante séculos como modelo para a produção das gramáticas das línguas modernas) etc. No caso brasileiro, essa língua idealizada tem um componente a mais: o português europeu do século XIX. (BAGNO, 2020, p. 12).

O autor apresenta importantes ponderações a respeito de mitos que causam, no usuário da língua, o sentimento de incompetência e confusão diante da prática da oralidade. Propicia uma reflexão sobre o fato de a língua portuguesa falada no Brasil não possuir unicidade em todo território nacional, devido à extensão territorial, à estratificação social e a outros componentes relacionados a diferenças regionais, sociais e culturais no país.

O autor chama a atenção para o fato de que os indivíduos que não possuem acesso à variedade de português padrão, que é idealizada por parte de uma camada da sociedade hierarquicamente mais privilegiada, possuem sua gramática particular e que oscila entre os usos mais ou menos monitorados. Em relação à escolha por um uso mais ou menos estilizado da língua, Marcos Bagno (2007) esclarece que não há um modelo perfeito a ser contemplado ao se produzir a comunicação oral ou escrita. Segundo o autor, ao praticar a fala ou a escrita:

(...) tendemos a nos adequar à situação de uso da língua em que nos encontramos: se é uma situação formal, tentaremos usar uma linguagem formal; se é uma situação descontraída, uma linguagem descontraída e assim por diante. (BAGNO, 2007, p. 117)

Não saber as sutilezas, sofisticações e irregularidades no uso de regras gramaticais não significa que um falante nativo não conheça sua língua, todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. Neste sentido, saber uma língua significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionalidade. É apropriado destacar que o indivíduo possui uma gramática internalizada que permite reconhecer que o falante detém um conjunto de regras, que domina e utiliza em situação comunicativa, de modo que as frases e sequências das palavras sejam compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua.

Como ilustração de ataque ofensivo aos diferentes modos de falar dos usuários da língua, cabe aqui destacar o ocorrido na cidade de Serra Negra, Município de São Paulo, no qual o médico plantonista Guilherme Capel Pasqua ridicularizou seu paciente postando uma foto nas redes sociais com um receituário na mão com os seguintes dizeres: “Não existe pelemumonia e nem raôxis”



Fonte: <https://www.waldineypassos.com.br/medico-que-debochou-de-paciente-e-afastado/>

Apesar de o paciente não utilizar de estruturas sofisticadas da língua para se comunicar, ele se fez compreensível e atingiu o objetivo da interação comunicativa, fazendo uso de uma linguagem que imprime sua experiência de vida e conhecimentos adquiridos.

Com relação ao conjunto de regras que o falante domina, Antunes (2020) traz uma reflexão sobre os padrões linguísticos e o exercício da atuação verbal e defende que toda experiência de interação comunicativa constitui um conjunto de regras que estabelecem as escolhas e a estruturação das unidades, de modo que seu conjunto faça sentido e funcione durante a comunicação. A autora pontua que o exercício da interação verbal, por conseguinte, não se faz sem palavras e não se faz aleatoriamente, ou seja, há uma sequência lógica que obedece a determinados padrões e regularidades internalizados.

Contudo, conhecer a norma padrão da língua é uma exigência cultural de nossa sociedade, implica nas questões relacionadas “à nacionalidade, ao orgulho e amor-próprio nacional e preservação social” (TRAVAGLIA, 2002, p.160). Portanto, com relação ao ensino da língua portuguesa, seu principal objetivo é desenvolver a competência comunicativa, ou seja, o uso competente da língua, que está relacionado ao saber como que o recurso linguístico é capaz de significar dentro do texto, com a finalidade de produzir sentidos. Sendo assim, o conhecimento da gramática possibilita um elo entre a língua falada e sua estruturação, permitindo identificar quais arranjos da língua estão sendo empregados. Mas de que forma este engendramento ocorreria?

Segundo Travaglia (2002, p.157), o usuário competente seria capaz de participar de diferentes esferas da comunidade linguística, elegendo componentes da língua adequados a cada comunidade de prática e isso só seria possível devido ao conhecimento teórico proporcionado pela gramática. O autor indica que a teoria gramatical entraria como informação cultural, como meio de intermediação para falar da língua, assim como possibilitaria desenvolver o raciocínio em relação aos estudos das condições linguísticas da significação, que efeitos de sentidos (os recursos da língua como: unidades, categorias, recursos supressedimentados, construções) podem ser alocados dentro texto com o intuito de interação comunicativa.

Há um consenso entre Travaglia e o que é proposto por Bagno em relação ao ensino da teoria linguística, o qual indica que o ensino da metalinguagem<sup>1</sup> e da teoria gramatical por meio de atividades de gramática teórica não seja um recurso privilegiado para atingir o objetivo de

---

<sup>1</sup> Metalinguagem: conceito relacionado às análises das categorias e nomenclaturas estruturais da língua, o ensino de metalinguagem implica falar sobre a linguagem, sobre seu funcionamento, sobre as configurações textuais e, no interior destas, do léxico, das estruturas morfossintáticas, por exemplo. (GERALDI, 2013, p. 190-191)

desenvolver a competência comunicativa, mas sim uma ferramenta que proporcionaria ao falante escolhas mais ou menos monitoradas estilisticamente. O estudo da gramática não deve ser contemplado de forma exaustiva, mas sob um viés reflexivo, intuitivo, interativo e espontâneo. Evidenciando, de forma estanque, o fato de que saber gramática não é sinônimo de saber falar e escrever bem.

De acordo com o proposto por Travaglia (2002) sobre o ensino da teoria gramatical, existem três eixos principais que colaboram para a importância desse ensino. O primeiro é dar ao aluno informação cultural, ou seja, o seu estudo se justifica com a mesma preocupação de proporcionar aos estudantes o conhecimento de outras ciências, independente da aplicação imediata em suas vidas profissionais; o segundo é promover a instrumentalização com recursos para aplicação prática e imediata e o terceiro é desenvolver o raciocínio e capacidade de pensar, ensinar e fazer ciência.

Acresce ao exposto a razão política de proporcionar ao estudante acesso aos bens culturais materializados em determinada forma de língua, ou seja, “a variedade culta em todas as suas formas: científica, literária, oficial, jornalística, etc.” (TRAVAGLIA, 2002, p. 138).

Seguindo com a problematização sobre o ensino de gramática, não se trata de não ensinar as regras gramaticais, mas sim de explicitar sua aplicabilidade, ou seja, como as regras definem padrões de uso abrindo possibilidades de ver “suas regularidades, suas estratégias e táticas de uso” (ANTUNES, 2020, p. 174). Os estudos de Antunes (2020) vão ao encontro do que é proposto por Bagno (2020) e Travaglia (2002) quando permitem identificar que a missão da escola ao trabalhar com atividades metalinguísticas somente terá êxito se adotar como parâmetro as ocorrências textuais e o caráter interativo de tais ocorrências numa perspectiva dialógica da comunicação.

Com base no exposto acima, fica evidente a importância de ponderar sobre a diferença entre norma padrão (lusitanizada – estanque – submetida à questão de estética - que propicia preconceitos) e língua (viva - mutável - heterogênea - variável – permeada por formas particulares de usos). O aluno precisa estar ciente de que todos são capazes de fazer uso da língua, porém com o auxílio do conhecimento teórico este uso se torna mais natural, permitindo ao falante eleger uma forma mais ou menos monitorada de acordo com a necessidade.

Não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor” ou “pior” que outra. Na verdade, toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de prática e, neste sentido, Bagno enfatiza que é preciso respeitar todas as variedades da língua “que constituem um tesouro precioso da nossa cultura” (BAGNO, 2007, p.47).

Complementando o que é ponderado por Bagno, é interessante compreender que a ortografia é única para toda a língua, ao contrário do modo de dizer que está relacionado ao modo particular de cada um fazer uso da língua. E neste sentido, a norma culta não deve ser alocada como instrumento de ascensão social, o que está em jogo vai além do domínio da norma culta, é uma questão de desenvolvimento social que permite a transformação da sociedade como um todo.

De fato, refletir sobre questões da língua implica falar de política, pois reflete nossas posturas teóricas e práticas, por exemplo, a noção de erro advém dos códigos hierárquicos difundidos por instituições como a Igreja, o Judiciário e as Elites. Esta noção de erro é utilizada para rotular as diferentes falas, perpetuando práticas sociais discriminatórias por meio de rótulos estigmatizados, promovendo um consenso social, ou seja, uma voz social que ecoa e se utiliza do senso comum ao proferir que estes desvios são considerados uma heresia contra a língua, um pecado contra língua, um crime contra a língua, o que permite identificar que fatores culturais, sociais e políticos permeiam estas manifestações de preconceito linguístico.

Para além das manifestações contrárias aos diferentes falares, identifica-se também que existe certo preconceito social que usa a forma de falar das pessoas como meio de exclusão dos bens e dos direitos que lhes cabem. Percebe-se um preconceito social ainda que desvelado e que também pode ser comparado ao ódio de classe contra os menos favorecidos, comparado a homofobia, comparado ao sexismo, já que as construções ideológicas advêm da sociedade. A sociedade brasileira ainda é muito excludente, desigual e hierarquizada, corroborando desta forma com o fato de que manifestações preconceituosas estão relacionadas ao interesse político-social.

Dando sequência à problematização do preconceito linguístico e como o trabalho pedagógico deve ser conduzindo, no sentido de combater quaisquer manifestações ofensivas contra os distintos usos da língua, serão apresentadas a seguir diretrizes educacionais propostas pela Base Nacional Comum Curricular que viabilizam o trabalho docente pautado no ensino da variação linguística como parte imanente de todas as línguas.

#### **4. ORIENTAÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Inicialmente, faz-se necessário conhecer a importância da BNCC que constitui um documento previsto desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, datada em 1988, que, no Art. 210, indica que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, Art. 210). A BNCC está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) juntamente com a política de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/ 2010).

O documento foi elaborado e construído com a participação crítica e propositiva de profissionais de ensino e da sociedade civil. Em abril de 2017, considerando as versões anteriores do documento, o Ministério da Educação (MEC) concluiu a sistematização e encaminhou a terceira e última versão ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A partir da conclusão da última versão, o documento abriu-se para participação efetiva da sociedade por meio de audiências públicas. Desse modo, a BNCC pôde então receber novas sugestões para seu aprimoramento, por meio das audiências públicas realizadas nas cinco regiões do País, com participação ampla da sociedade. (BRASIL, 2018, p.13).

A BNCC não representa um currículo em si, algo para ser efetivamente posto em prática, mas tem como finalidade “orientar os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares” (BRASIL, 2018, p.24), respeitando as diversidades sociais, históricas e culturais, que permeiam o contexto escolar.

O documento abre espaço para debates relacionados às variações linguísticas, já que propõe em seu texto um debate sobre as práticas de linguagem no sentido de permitir o reconhecimento de que elas se estruturam em relação aos campos da vida pessoal e coletiva, permitindo um elo entre a interação destes campos e a estruturação da identidade sociocultural dos indivíduos.

(...) as linguagens aproximam e podem constituir as formas de interação e a identidade cultural de grupos sociais, por outro lado, podem gerar discriminação e conflitos, decorrentes de percepções e representações sobre a realidade. Tendo em vista o caráter diverso, dinâmico e contraditório das práticas de linguagem, a atuação confiante dos sujeitos nessas práticas demanda oportunidades de participar delas, conhecer como se estruturam e compreender como interagem na construção de identidades, pertencimentos, valores, e da vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p.86).

Com base no excerto destacado, também se evidencia que relações de poder podem ser estabelecidas por meio da linguagem, já que indivíduos mais bem preparados fazem usos dela

com propriedade e não encontram dificuldades em adaptar suas falas às diferentes situações comunicativas, assim como identificar que as diferentes manifestações de linguagens podem gerar discriminação, conflitos e, conseqüentemente, a percepção sobre o preconceito linguístico, uma vez que estas manifestações são permeadas por fatores decorrentes de ajustes em relação à situação contextual e sociocultural. Neste sentido, o documento ressalta o caráter diverso, dinâmico e contraditório das práticas de linguagem, possibilitando um espaço para discussões salutares referentes ao campo da Sociolinguística, mais especificamente em relação às variações linguísticas, sobretudo por ressaltar este caráter diverso e dinâmico que permeia a linguagem, além de abordá-la a partir de seu uso (no intuito de propiciar ao indivíduo propriedade para direcionar seus usos), compreendendo-a como uma prática social.

O documento ressalta que é no ambiente escolar que as análises de uso da língua e as possíveis situações de intolerância devem ser contempladas, no sentido de permitir “as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico” (BRASIL, 2018, p. 66).

Com relação ao eixo Análise Linguística/Semiótica, percebe-se que a BNCC incentiva uma reflexão sobre os fenômenos da variação linguística, sejam eles relacionados ao uso mais monitorado da língua, às variedades estigmatizadas, à norma culta. É justamente neste eixo (Análise Linguística) que a BNCC reforça sua orientação em relação à variedade linguística, destacando que:

(...) reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise, em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2018, p.81)

O texto afirma ainda que esta modalização didática deve operar em todos os campos e esferas de atuação, de forma articulada com as práticas de leitura, escrita e produção textual, para que a análise linguística não se limite aos elementos dos diferentes sistemas e suas relações, e sim relacionada a situações reais de uso, indicando assim que o uso da língua, produção escrita e oral devem se interpenetrar e retroalimentar.

Fica evidente que a BNCC reforça o desenvolvimento da habilidade em relação à variação linguística ao apresentar as seguintes orientações para o trabalho pedagógico:

(...) conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos; discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades

prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica o que permite a construção da alteridade indicando que nas diferenças há oportunidade para respeitar e aprender. (BRASIL, 2018, p.81)

A língua cultuada pelos gramáticos é conceituada como norma padrão conservadora, tradicional, literária, clássica, bem como seu correto uso está atrelado ao ensino da gramática normativa, perpetuando desta forma mitos que prejudicam o entendimento da língua como manifestação de um povo, permeada por transformações históricas e que está em constante evolução. Faz-se então necessário o entendimento de que a língua também está relacionada à questão de ordem política, pois implica uma reflexão sobre nossas posturas teóricas e nossas atitudes práticas em relação ao seu uso, que muitas vezes aparecem rotuladas devido às distintas formas de variação linguística.

No sentido de contribuir com esta mudança de atitude na prática pedagógica, a BNCC traz em seu texto destinado ao Ensino Fundamental diretrizes que operam em todos os campos de conhecimento a fim de propiciar o entendimento em relação à concepção de língua, aos modos diferentes de uso, assim como em relação à variação linguística. Aponta também para a compreensão da grande variedade linguística existente no país, bem como o fato de que o ensino da língua portuguesa não deve desconsiderar os usos reais das manifestações orais dos estudantes. Direcionada ao Ensino Fundamental, por exemplo, a BNCC apresenta como competências específicas da língua portuguesa algumas diretrizes que se relacionam diretamente com a questão da variação linguística, quais sejam:

Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.

Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. (BRASIL, 2018, p. 87)

Para além das diretrizes propostas, abordar o tema variação linguística é oportunizar um tratamento pedagógico transversal, pautado na educação que se compromete com o desenvolvimento de competências e atitudes relacionadas a uma formação ética, ao respeito, à solidariedade, que estão presentes entre as competências gerais previstas pela BNCC. O professor deve refletir suas ações pedagógicas nas diretrizes da BNCC, deve fazer uma pesquisa nos currículos de referência em sua instituição e avaliar como aparecem as orientações em

relação à variação linguística, se há o devido destaque para as ações em torno de uma abordagem que assegure o respeito às diversidades de uso da língua.

Além da enorme quantidade de conteúdo curricular que os educadores precisam contemplar nos dias letivos, as escolas são muito demandadas para várias questões sociais, como por exemplo, gravidez, tráfico de drogas, violências urbanas, entre outras temáticas emergentes para o contexto educacional. Propostas pela BNCC, as competências previstas nas diretrizes, como por exemplo, pensamento crítico; responsabilidade; capacidade de autonomia; respeito à diversidade; formação ética; empatia; capacidade de resolução pacífica de conflitos são temas relacionados ao desenvolvimento socioemocional e dialogam com a disciplina de português, imprimindo um tratamento pedagógico respaldado no respeito, no direito à informação e na formação crítico-reflexiva. O trabalho pedagógico deve induzir o aluno a uma ação “responsiva” (COSSON, 2014), permitindo apropriações e construções da linguagem de forma crítica e reflexiva, acerca das palavras que utiliza, seja na oralidade seja na produção textual.

A BNCC orienta que a prática da linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/ semiótica) seja contextualizada nos campos de atuação (vida cotidiana, campo artístico literário, práticas de estudos e pesquisa, vida pública, jornalístico-midiático), indicando assim que estas práticas precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes, ou seja, interagir o aluno e a escola a partir de sua linguagem.

Com relação aos estudos de natureza teórica e metalinguística sobre a língua, a BNCC sugere que não devem ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar relacionados a práticas de reflexão que permitam aos educandos ampliarem suas capacidades de uso da língua em práticas situadas de linguagens, ou seja, as diretrizes abordam a linguagem de forma interacionista, já que exclui a visão de linguagem como objeto de comunicação, permitindo uma abordagem sociolinguística em seus conteúdos relativos à oralidade, à leitura e à escrita. Cabe destacar que Bagno (2020) ressalta que modernas correntes da Linguística, como a Sociologia da Linguagem e a Análise do Discurso, vêm tratando de demolir o mito de que a linguagem tem a finalidade de comunicar e de transmitir ideias, evidenciando que há um poderoso jogo de interesse no qual se percebe que a linguagem é utilizada para ocultação da verdade, para manipulação do outro, para o controle e intimidação, para a opressão e muitas vezes como forma de emudecimento.

Ao tratar da variação linguística destinada ao Ensino Médio, a BNCC realça a importância de se considerar o aspecto relacionado à maturidade dos estudantes para participar de forma mais significativa nas diversas práticas sociais que envolvem a linguagem. Cabe ao

Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, bem como alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos. O trabalho para o ensino da língua leva em conta a complexidade das práticas de linguagens e dos fenômenos sociais que repercutem nos usos da linguagem.

É justamente no componente curricular destinado a *Todos os Campos de Atuação Social* que a variação linguística recebe destaque, demonstrando assim que a variação linguística é um fato que ocorre e é parte constituinte de todas as línguas. Portanto, abordar este fenômeno implica reconhecer que ainda há manifestações de preconceito em relação a variedades e que é preciso tratar com mais rigor o tema com o intuito de combater o preconceito linguístico no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O texto da BNCC destinado à competência específica número 4 destaca que o trabalho pedagógico deve conduzir o estudante no sentido de compreender as línguas:

(...) como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p.490).

Evidencia-se que as diretrizes direcionam o aluno a compreender a língua e seu funcionamento como fenômeno marcado pela heterogeneidade e variedade de registros, assim como prepara o estudante para o uso adequado da língua no que diz respeito à situação de produção de discursos, aos processos de estilização, bem como à seleção e estruturação dos recursos linguísticos, com o objetivo principal de se respeitar a diversidade linguística.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As declarações negativas contra as diferentes manifestações linguísticas e suas variações estão relacionadas a questões de cunho social, cultural e política. Do ponto de vista sociológico, o “erro” ou o que é considerado “feio”, parte do topo de uma estrutura social hierarquizada, que considera disformes os usos menos monitorados da língua. Em ângulo oposto, quando o topo desta hierarquia pratica um desvio, este é considerado como parte comum de sua fala, ou seja, o erro é transmutado para “isso já é do uso”. Na percepção da sociolinguística, não há erro nos modos de falar, pois ninguém consegue falar sem seguir regras, ainda que sejam regras não previstas pela tradição normativa.

A língua compreende os diferentes usos reais durante atividades linguísticas de interação social, e, neste sentido, considerar o domínio da gramática como forma de norma padrão da língua é contraditório, já que a norma padrão não pode ser considerada uma variedade da língua, no entanto é pertinente mencionar que as regras gramaticais são necessárias para a estruturação do sistema de interação, já que o trabalho com teorias gramaticais e atividades metalinguísticas, para o entendimento do funcionamento interno, fundamentam o uso da língua em si. A questão não está apenas direcionada ao fato de se ensinar ou não gramática, mas sim em qual concepção de gramática o trabalho pedagógico deve ser respaldado.

Com relação à proposição “A cultura da norma culta e do português correto pode afetar a individualidade dos falantes?”. Evidencia-se que a cultura da norma culta, do português correto do ensino tradicional pode afetar a individualidade dos usuários da língua já que desconsidera as variedades linguísticas, assim como percebe-se que ao não incentivar o uso das habilidades linguísticas dos estudantes o fluxo natural da comunicação pode ser interrompido.

Portanto, a BNCC aborda a linguagem de forma interacionista, ou seja, o documento exclui a abordagem estruturalista da língua, propondo uma visão sociolinguística e sociointeracionista em seus conteúdos relativos à oralidade, à leitura e à produção escrita.

Faz-se necessário abordar em sala de aula um debate aberto sobre o fato de não haver uma língua errada ou certa, reforçar o relativismo cultural em relação às variações linguísticas, além de levar o aluno a compreender que as mudanças linguísticas não representam formas de erros. Evidencia-se que as escolhas de uso da língua são permeadas por razão social (econômica cultural e política).

Retomando a proposição “Há respaldo para um trabalho pedagógico que contemple o respeito à variedade linguística?”. Efetivamente a BNCC se molda com o intuito de combater qualquer manifestação de preconceito em relação à variação linguística, seja pelo uso de

variedades estigmatizadas, seja pelo uso de variedades com maior monitoramento estilístico. Evidencia-se a partir das diretrizes propostas pela BNCC que o ensino da língua portuguesa não deve desconsiderar os usos reais das manifestações orais dos estudantes. Nota-se a importância de acolhimento do aluno com a linguagem que ele possui, com a linguagem de contexto que a sociedade adota, valorizando a linguagem internalizada pela convivência social e por parte de sua identidade pessoal.

Conclui-se, a partir dos conceitos apresentados, que o professor de língua portuguesa deve refletir sua metodologia de ensino nas diretrizes apresentadas pela BNCC, garantindo assim o direito do aluno a um ensino que contemple o respeito à diversidade linguística, que contemple situações de usos reais da língua e relacionadas à comunidade em que estão inseridos, que contemple as realidades nacionais e internacionais das diversidades linguísticas com o intuito principal de não engessar o aluno na sua prática de uso da língua.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível.** – 1ª edição, 6ª reimpressão – São Paulo: Parábola, 2020.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística** - 3ª edição. – São Paulo: Parábola, 2007.

\_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico - o que é, como se faz** – 49ª edição. - ISBN: 85-15-01889-6- Edições Loyola – Junho de 2007 - EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil.

\_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico** – 1ª edição. – São Paulo: Parábola, 2020. (Parábola breve; 6). Editora Parábola, São Paulo, Brasil.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?**. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1989.

BENVENISTE, Émile. **Da subjetividade na linguagem. In: Problemas de Linguística Geral I.** 3ª edição. São Paulo: Pontes, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso?**. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC - BNCC – **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base** - Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

POSSENTI, Sirio. **Não existem línguas uniformes.** In: \_\_\_\_\_. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras: ABL, 1998.

TELLES, Gilberto Mendonça. POESIA. “**Língua**”. Disponível em: <https://linguisticaemfoco.wordpress.com/2013/10/30/poesia-lingua-de-gilberto-mendonca-teles/>.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Para que ensinar teoria gramatical** - Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v.10, n. 2, p.135-231, jul./dez. 2002.

## BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.** 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática.** 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Contexto,

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2014.

PATRIOTA, Luciene Maria & PEREIRA, Paulo Ricardo Ferreira Pereira – **O lugar da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)1 /The place of linguistic variation in the National Curricular Common Base (BNCC)** - ISSN: 2317-2347 – v. 7, n. 2 (2018).

POSENTI, SÍRIO – Entrevista TV UNIVESP. **Norma Culta e Variedade Linguística**. 2011, 1 Vídeo (24:09). Bloco II Didática dos Conteúdos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pWvuF0U9zv4>. Acessado em 24 de abril de 2020.

RAPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2013.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A gramática na escola** – Instituto de Letras e Linguística-Programa "Salto para o Futuro" / Série: Um mundo de letras: Práticas de leitura e escrita/ Programa 5: A gramática na escola, em 20/04/2007. Programa apresentado pela TV Escola / Secretaria de Educação à Distância (SEED) / MEC, Produzido pela REDE BRASIL (TVE), Rio de Janeiro, RJ. Outros participantes: Prof. Dr. José Carlos de Azeredo (UFF) e Profa. Dra. Edair Gorsky (UFSC).1 (um) Vídeo – Duração: 55min:11seg – Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=yQ8fFk4m900>. Acessado em 23 de setembro de 2020.

VERBETE. **Preconceito Linguístico**. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/preconceito-linguistico>. Acessado em 17 de maio de 2020.